



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11018 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

ENSAIO ACERCA DO CONCEITO DE PERMANÊNCIA NO CAMPO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Adão Rogério Xavier Silva - UFPA - Universidade Federal do Pará

Mark Clark Assen de Carvalho - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa)

**ENSAIO ACERCA DO CONCEITO DE PERMANÊNCIA NO CAMPO DAS
POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

INTRODUÇÃO

A configuração de um campo de estudos específicos da educação superior é relativamente recente no Brasil, conforme discorre Neves *et al.* (2018), essa área de estudo começa dar os primeiros passos configurando seus objetos de pesquisa no final dos anos de 1980.

Na mesma direção, Sampaio (2019) disserta que nesse contexto a grande maioria dos estudos concernente a esfera do ensino superior, publicados na então recém-criada revista científica *Pro-Posições* – “[...] criada em 1990, é uma publicação de editoria da Faculdade de Educação da Unicamp [...] periódico ocupa uma posição consolidada como uma das principais publicações na área das Ciências da Educação, atingindo significativa variedade temática e conceitual e oferecendo um amplo escopo internacional”. Conforme: <https://www.fe.unicamp.br/a-fe/publicacoes/periodicos/pro-posicoes> – voltavam-se para reflexões filosófica acerca de questões da natureza (identidade), missão e finalidade da universidade na sociedade.

Neste sentido, conforme a autora, a dimensão de

[...] pesquisas empíricas sobre o ensino superior, pudessem contribuir para a democratização do acesso e para melhoria da qualidade desse nível de ensino, para o aperfeiçoamento das políticas para a área e/ou para uma melhor compreensão do sistema nacional não estava ainda assimilada pela comunidade acadêmica (SAMPAIO, 2019, p. 16).

Por assim ser, diversas temáticas correlatas aos estudos específicos da educação superior, a exemplo das Políticas de Assistência Estudantil (PAE), são objetos hodierno, o que remete a uma necessidade constante de pesquisas permanentes, que investiguem suas problemáticas, seus contornos, suas exigências, suas necessidades, e que façam leituras adequadas de como se pode através das políticas públicas específicas, possibilitar a resolução e/ou mitigação dos problemas que impossibilitam a oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

A propósito quando se referi a política, e por conseqüente, políticas educacionais, tem-se aqui a concepção vinculada a mesma interpretação que Mainardes (2018) apresenta, a partir do pensamento de Bourdieu (2014), a saber:

[...] políticas [...] são respostas do Estado (atos do Estado) para buscar atender problemas existentes e demandas da população. De modo geral, as políticas são fragmentadas, pontuais e incompletas e constituem-se em instrumentos de poder simbólico sejam elas expressas na forma de textos legais ou discursos oficiais, pois são representações simbólicas dos interesses do Estado, embora dissimuladas de serem de interesse público (BOURDIEU, 2014, citado por MAINARDES, 2018, p. 188).

Por assim ser, considera-se que as Políticas de Assistência Estudantil (PAE), integram-se ao conjunto das respostas do Estado (atos do Estado) e que tem por objetivo promover condições materiais e imateriais necessárias à *permanência* dos estudantes no percurso de sua formação educacional, sejam estes atos materializados por meio de concessões de bens ou serviços.

Isto posto, entende-se que a centralidade objetiva das PAE é a de – ou deveria ser – fomentar a *permanência*, logo, isto posiciona a *permanência* no cerne das discussões sobre a temática das análises das PAE, o que solicita uma definição conceitual atenta e sofisticada do termo. Neste sentido, o objetivo deste ensaio é de apresentar uma conceituação para o termo *permanência* no campo das pesquisas circunscritas a temática das PAE.

Vale situar que este breve ensaio é oriundo das pesquisas realizadas com vistas a escrita

da Tese de doutoramento em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia, Associação Plena Em Rede (Educanorte).

MÉTODO

Como referencial metodológico para concretização deste ensaio, optou-se por realizar um estudo de cunho bibliográfico, isto é, considerar o material dissertativo já elaborado, constituído sobretudo por artigos, teses e dissertações. Assim, trata-se de fontes exclusivamente bibliográficas, coletadas por meio dos portais digitais dos repositórios de teses e dissertações das Universidade Federais, sempre considerando os Programas de Pós-graduação em Educação, bem como, os portais de periódicos eletrônicos.

Nesse percurso, os títulos das pesquisas publicadas, constituíram-se como o elemento inicial para seleção das fontes, seja para as dissertações, teses ou artigos. Posterior, foi analisado o resumo, em havendo conectividade com o interesse da busca, isto é, a temáticas correlatas as Políticas de Assistência Estudantil, a análise se estabeleceu nos elementos textuais do desenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, pode-se dizer que permanência é o “[...] elemento intermediário entre o ingresso e a conclusão [...]” (VARGAS; HERINGER, 2017, p.04), por assim ser, se configura absolutamente como o oposto da impermanência, em outras palavras, para usar um termo mais conceitual ao campo das pesquisas em educação, permanência é totalmente contrário a evasão, que por sua vez é um fenômeno multifacetado, entretanto, de modo objetivo, pode-se dizer ela se configura como o abandono ou desligamento do estudante de seu ambiente escolar/acadêmico antes da conclusão das etapas/curso. Conforme a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a evasão pode ocorrer em três perspectivas:

Evasão de curso: quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixar de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional; **Evasão da instituição:** quando o estudante deliga-se da instituição na qual está matriculado; **Evasão do sistema:** quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996, p. 16).

De algum modo, a significação a partir do choque pela antítese permite uma aproximação conceitual e consolida os primeiros passos em direção de uma compreensão, porém, dado a multidimensionalidade que o termo permanência pode assumir no campo da educação, uma vez que se admite a possibilidade de haver uma *permanência impermanente* – conceito atribuído ao contexto em que o estudante se encontra fisicamente presente nas atividades institucionais em que está suspostamente envolvido, mas, simbolicamente ausente e não ativo nas atividades – do educando em seu trajeto educacional, somente a significação pela antítese, a evasão, não seria o suficiente.

Assim, visando agregar a essa significação pela antítese, localizou-se em Santos (2009), que em sua tese de doutoramento na área da Educação, intitulada: *PARA ALÉM DAS COTAS: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa*, propõe um modelo conceitual de permanência a partir das categorias analíticas de Kant (1788), Weber (1949) e Lewis (1986), pontuando que:

De um modo geral, pode-se dizer que a permanência é, pois, duração e transformação; é o ato de durar no tempo, mas sob um outro modo de existência. A permanência traz, por tanto, uma concepção de tempo que é cronológica (horas, dias, semestres, anos) e outra que é a de espaço simbólico que permite o diálogo, a troca de experiência e a transformação de todos e de cada um.

Ao modo Weberiano, definimos um *tipo ideal* de permanência que traz em seu bojo essas duas ideias (tempo e transformação). Assim sendo, permanência é o ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência. A permanência deve ter o caráter de existir em constante fazer e, portanto, ser sempre formação. Permanecer é estar e ser *continuum* no fluxo do tempo, (trans)formando pelo diálogo e pelas trocas necessárias e construidoras (SANTOS, 2009, p. 68).

Nesta direção, em acordo com Santos (2009), interpreta-se que a concepção de permanência materializa-se por uma dupla dimensão, uma perspectiva de duração temporal, isto é, um status cronológico, e por outro lado, uma perspectiva de transformação no tempo, dado as possibilidades que a constância outorga e que se perfaz o *continuum* transitório. Logo, a permanência carrega em si uma controvérsia, visto que é estática e dinâmica ao mesmo tempo.

Considerando que a permanência aqui referenciada reflete a centralidade das PAE, propõe-se mais duas dimensões ao modelo conceitual proposto por Santos (2009), dimensões sem as quais, a concepção de permanência como sendo *tempo* e *transformação* não se realizaria nos contextos de vivências e trajetórias acadêmicas dos estudantes beneficiários das

PAE. Trata-se das dimensões *material* e a *simbólica*.

Admite-se que a permanência é *tempo e transformação*, mas também, entende-se que ela é *material e simbólica*. A ideia de ser material, tem a ver com a dimensão temporal/cronológica, dado que o *tempo* nestes termos não é um elemento abstrato, e por assim ser, as ações desenvolvidas no âmbito das PAE, visam atender a permanência material – na dimensão temporal – dos estudantes beneficiários.

De outra parte, a ideia de ser simbólica, refere-se a dimensão de símbolo apresentado por Bourdieu (2001), na ocasião de explanação da *Primeira Síntese* sobre Os “*sistemas simbólicos*” como *estruturas estruturadas (passíveis de uma análise estrutural)*, o autor discorre que

Os símbolos são os instrumentos por excelência da “*integração social*”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...] eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 2001, p. 10).

Neste sentido, os símbolos construídos, contribuem à reprodução do meio social, possibilitando uma consonância e o reconhecimento aos atores sociais no que se refere aos sentidos manifestos nos contextos sociais em que eles estão inseridos. Bourdieu (2001) disserta que esse processo ocorre face os “*Sistemas simbólicos*” , que por sua vez atuam como instrumentos de conhecimento e de comunicação que exercem um poder estruturante – compreendo por estruturante qualquer coisa que preceitua algo ou alguma coisa de modo pré-determinado ou não – visto que são estruturados – Compreendo por estruturados qualquer coisa que está construído sobre determinado aspecto.

Daí então, é que se vislumbra o “*poder simbólico* [...] como um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)” (BOURDIEU, 2001, p. 09).

Depreende-se do exposto que permanência também é simbólica, pois a sua não manifestação em símbolos, dificulta o estabelecimento da “*integração social*” do estudante no meio em que este encontra-se inserido, intrincando a atribuição de sentido, de construção e reprodução nas vivências e trajetórias acadêmicas. Pode-se dizer que os *símbolos* são consolidados nos processos das *transformações no tempo*, no *continuum* transitório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os diversos desafios educacionais no Brasil, a democratização da educação superior prefigura um dos papéis de protagonismo, sobretudo, devido as copiosas dificuldades socioeconômicas, geográficas, estruturais e dentre outras, que tem se configurado como elementos impeditivos de uma significativa parcela da população para acessar e permanecer nas instituições de ensino.

Considerando o atual cenário nacional, onde se observa diversas ações deliberadas dos desmanche das políticas públicas e tentativas de apagamento de conquistas sociais, com vistas à adoção de posturas que tendem a negar alguns avanços obtidos na educação superior, como resultado disto, já se verifica, conforme dados recentes do Censo de Educação do Ensino Superior apresentado em maio deste ano, que pela primeira vez desde os anos de 1990, houve um registro na queda do índice das matrículas nas universidades federais entre os anos de 2019 e 2020, que passou de 1,3 milhões para 1,2 milhões.

Nesta esteira, a que se pontuar também, o crescente número de trancamento de matrículas, que conforme dados do Censo em questão, perpassaram na ordem de 270.000 (duzentos e setenta mil), maior número já registrado na história da universidade pública brasileira. Não há dúvidas que dentro os diversos fatores que impulsionaram esse cenário são os deliberados cortes orçamentários na educação, seja no domínio das verbas de custeio ou de capital. A título de exemplo, o orçamento correspondente da Dotação Atual destinado à Universidade Federal do Acre (Ufac) para realizar as ações no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), no contexto do exercício de 2021, prefiguraram valores correlatos aos dos anos de 2013.

Isto posto, é neste sentido que se reconhece as complexidades que envolver o campo de estudos específicos da educação superior, mas também, se reconhece o potencial colaborativo que as pesquisas neste campo podem proporcionar, ampliando os horizontes das informações, com vistas a elaboração de políticas públicas e ou correções de percursos de políticas vigentes, por consequente, o rompendo dos limites impostos pela falta de conhecimento, sobretudo, quando se trata de pesquisas que revigoram o debate teórico e histórico, pois como bem pontua, Krawczyk (2012, p. 10) “[...] A preocupação com as dimensões teórica e histórica possibilitará à pesquisa interpelar as políticas educacionais e a realidade educacional concretizada como processos que carregam historicidade”.

Assim, buscou-se neste ensaio, apresentar uma conceituação para o termo *permanência*, considerando o campo das Políticas de Assistência Estudantil na educação superior, situando-a nas dimensões do: *tempo, transformação, material e simbólica*. Nessa direção, espera-se que os resultados aqui reportados, subsidiem o aprofundamento das análises na seara desta temática.

Palavras-chave: Permanência. Política de Assistência Estudantil. Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem); Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto - SESu/MEC; **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Brasília, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2001.

KRAWCZYK, Nora. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 6, p. 3-11, 2012.

MAINARDES, Jefferson. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **Laplage em Revista**, v. 4, p. 186-201, 2018.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMPAIO, Helena; HERINGER, Rosana. **A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil**. Revista Brasileira de Sociologia, Vol. 06, n. 12, p. 19-41, Jan-Abr/2018.

VARGAS, Hustana Maria; HERINGER, Rosana. Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives**, v. 25, p. 72, 2017.

SAMPAIO, Helena. Pro-Posições e o ensino superior. **Pro-Posições**, v. 30, n. 1, p. 1-25, nov. 2019.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 214 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2009.